

Ata da 21ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Mulher

Às quatorze horas e trinta minutos do dia cinco de agosto de dois mil e quatorze, nas dependências da Casa dos Direitos Humanos, situada à Av. Amazonas, 558, 7º andar, Centro, Belo Horizonte, foi realizada a vigésima primeira reunião Ordinária do CEM, gestão 2012-2014, para a qual, devidamente convocadas, compareceram as conselheiras titulares: Neusa Cardoso de Melo - presidente do CEM e representante da Rede Feminista de Saúde; Kátia Ferraz Secretária de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (SECTES); Ana Bianca Pereira Rocha (SEE); Beatriz Eufrázio Trindade (SEPLAG); Dinéia Aparecida Domingues (PUC/MG). Justificaram suas ausências as conselheiras: Soane Pereira de Souza (SES) e Jussara Oliveira Guimarães (SEDRU). Compareceram as convidadas: Rebeca Rohlf (CEPAM); Mirella Vasconcellos (SEDESE); Clodoália Barbosa (SEPLAG); Maria Aparecida da Silva (FETAEMG), representando Alaíde Bagetto; Nazareth Barreto de Carvalho (CEPAM); Adriana Riquena (Graal); Dirlene Marques- Rede Feminista de Saúde; Maria de Carmo Silva- Gabinete do Dep. André Quintão; Eliana Dias- Rede Afro- LGBT; Ermelinda de Melo- Consórcio Mulheres das Gerais; Sofia Gonçalves CAODH/ MPMG. Participaram da reunião, os secretários executivos do CEM: Tânia Farnese e Christina Diniz. Neusa Melo – Presidente do CEM cumprimenta a todos, dando-lhes as boas-vindas e solicita a apresentação de todos. A ata de agosto foi encaminhada e aprovada por todos. Neusa retoma os encaminhamentos da reunião anterior e convida Mirella da SEDESE para a sua apresentação sobre as unidades móveis. A Superintendente Mirella, representando o Senhor Secretário da SEDESE faz as considerações sobre o assunto declarando que as unidades móveis foram doadas pelo governo federal no ano passado diretamente ao Estado de Minas Gerais por termo de adesão, sendo que uma das unidades foi para o município de Araçuaí. A unidade móvel que foi doada para a SEDESE está no pátio do CCPT/Gameleira. Com a mudança de gestão na Sub-DH preocupou-se em agilizar a utilização do veículo e o seu custeio demandou maior discussão. Segundo Mirella entendimentos mantidos entre a CEPAM e as subsecretarias de Assistência Social e Direitos Humanos articularam uma proposta conjunta para que essa unidade móvel recebesse destinação imediata. A CEPAM buscou recursos do governo federal para desenvolver cursos de qualificação social e profissional, pois o objetivo precípuo dessas ações é capacitar as mulheres na formação de sua cidadania, promoção de sua autonomia social e econômica. Com as parcerias entre a CEPAM e a Subsecretaria do Trabalho surgiu o projeto Mulher Inclui. Essa unidade estaria contemplando oitenta e três municípios, desenvolvendo palestras sobre violência e cursos de capacitação, sendo esta a condição para o ônibus ser utilizado. O controle da contratação desses cursos é a Central de Serviços Compartilhados. Mirella destaca que a parceria da Sub- DH com a Subsecretaria de Trabalho aportou recursos para que a unidade fosse prontamente disponibilizada para a comunidade. Estão previstos cursos para as comunidades quilombolas com noções de empreendedorismo; curso de turismo; cidadania doméstica e culinária. Lembrou que a SEDESE já desenvolve o projeto Com Licença Vou à Luta com cursos de corte e costura contemplando a região de Divinópolis que é polo de moda. Além das possibilidades da qualificação de inclusão produtiva para mulheres cada curso tem critérios bem estabelecidos. Para que as unidades móveis funcionem como já foi discutido, é necessária a criação de um fórum. Existe uma orientação da Sub- DH que sejam convocados os pares para essa discussão. Cida – FETAEMG diz que é importante criar o fórum, a unidade deve circular, mas a preocupação é que as mulheres rurais sejam contempladas. A utilização das unidades deve ter legitimidade e deve contemplar a área rural. Essa conquista reafirma Cida, é oriunda da Marcha das Margaridas. Reafirmou que há outros movimentos envolvidos e assentamentos que precisam de apoio. A agricultura familiar deve ser a tônica. Cida sublinhou que nos oitenta e três municípios a realidade da mulher rural perpassa pela agricultura familiar. As unidades devem ir para onde foram destinadas e onde há demanda identificada. Kátia Ferraz acrescenta que a construção da economia popular solidária deve e outros empreendimentos devem ser discutidos no CEM. Ana Bianca – SEE questiona quais foram os critérios para a escolha desses cursos e se atende às necessidades das mulheres sejam as rurais ou quilombolas em suas regiões. Beatriz atalhou

esclarecendo que esses cursos foram uma proposta da Secretaria de Políticas para as Mulheres e o projeto foi muito bem elaborado e fundamentado e que para a CEPAM não deveria ser exclusivamente para as mulheres rurais. Foi feita uma adequação para o ônibus operar ainda este ano. No próximo ano essa atribuição já é da CEPAM em parceria com a Sub-Ter. Pensa-se na autonomia dessas mulheres não só pela questão econômica, mas pelo rompimento do ciclo da violência contra a mulher. Cida observou que foi realizada uma reunião em Brasília no dia quinze de junho deste ano e a questão do recurso foi o mais questionado. A SPM disponibilizou quatrocentos e cinquenta mil reais para essas despesas, porém as unidades móveis precisam de mais recursos para funcionar. Mirella destaca que o termo de adesão assinado pelo governador de Minas diz expressamente que o custeio e manutenção do ônibus é feita pelo governo federal, ressaltando que é uma responsabilidade social e moral de colocar essa unidade em funcionamento. Neusa Melo solicita a todas o plano de utilização das unidades móveis, pois esta ação cabe nessa discussão e sugere que todas leiam o Plano Estadual de Políticas para Mulheres. Kaká do gabinete do Dep. André Quintão diz que é importante que o plano venha por escrito para que possamos acompanhar os municípios em que as unidades vão estar. É importante que o CEM participe do Fórum e Beatriz Eufrazio sugere que o CEM seja parceiro da CEPAM nessa ação. Kaká relatou que em Jequitinhonha o fórum do município enfrentou problemas, mas concluiu que mesmo com as dificuldades encontradas é possível encontrar caminhos para sua utilização eficaz das unidades e atender as demandas das comunidades. Kaká acredita num trabalho de formação contínua e de apoio ao trabalho que as mulheres estão realizando na perspectiva da formação cidadã e de defesa dos direitos humanos. O ônibus deverá ser um instrumento que previne a violência ao tempo em que capacita aqueles que lidam no combate à violência no dia-a-dia e com relação à documentação muitas mulheres não tem documentos completos. Essa unidade será um instrumento de informação cotidiana sobre quais são os direitos e deveres das mulheres enquanto espaço de cidadania itinerante. Mirella conclui que Kaká definiu o Projeto Mulher Inclui sendo essa a perspectiva de trabalhar a questão da violência articulada com o município na defesa da cidadania das mulheres. Nazareth sugere que Cida repasse à SEDESE maiores informações sobre as mulheres das florestas, rurais, e do campo e que agora foram incluídas as mulheres das águas. O objetivo é fortalecer a participação das mulheres trabalhadoras rurais. Segundo Cida a criação do fórum deverá incluir a construção da cidadania das mulheres ribeirinhas e das zonas rurais. Kaká reforça que não importa se a mulher está no campo ou na cidade, tem-se que contemplar as necessidades e seus direitos onde quer que estejam. A violência contra a mulher do campo traz grande impacto. Na discussão quanto a importância da agricultura familiar Neusa Melo sugere um diálogo do CEM com o Conselho de Economia Popular Solidária porque vai subsidiar melhor essa questão. Clodoália –SEPLAG diz ser necessário escoar a produção e regionalizar o processo. O projeto é implementado pela SEAPA e ressalta que o diálogo com esse Conselho seria muito positivo para o avanço do processo da Economia Solidária que trabalha diretamente com segurança alimentar e agricultura familiar. Cida diz ser importante essas mulheres terem autonomia financeira para desconstruir a violência contra a mulher no Vale do Mucuri. Segundo Cida as mulheres não tem acesso aos serviços de saúde e elas andam muito para ter um atendimento sendo muito recorrente os casos de mortalidade materna, frisando a necessidade de contemplar as demandas do território. Neusa Melo destaca a necessidade de implementar a política pública que atenda ao máximo à necessidade da mulher e que o ônibus não vai fazer capacitação e sim viabilizar esse processo cumprindo o objetivo que é o combate à violência contra a mulher. Mirella diz da sua experiência no projeto Travessia e ressalta que a zona rural de Minas é vasta, com grande número de municípios, aliado ao desafio em chegar as diversas localidades. O ideal seria atender um grande número de mulheres através dos mutirões em parceria com as prefeituras desses municípios que fariam o deslocamento dessas mulheres até o local de atendimento. Neusa destaca a importância da articulação das mulheres rurais e que o Graal trabalha em parceria com as prefeituras e com associações de mulheres nessas ações. Neusa agradece a contribuição de Mirella e, seguindo a pauta retoma o tema da criação de um Fundo de Políticas para Mulheres e que era preciso esclarecer a questão do monitoramento dos planos de ação do governo.

Neusa recordou que há um projeto parado na ALMG desde 2011 e que é preciso fazê-lo avançar. A CPMI da violência destacou o Fundo. Neusa Melo convida Clodoália da SEPLAG para apresentar o tema em questão e que o CEM se dispõe em enviar para as conselheiras essa matéria caso aja interesse das mesmas. Sobre esse assunto destacamos que se existisse um Fundo de Políticas para Mulheres teríamos melhores condições de trabalhar as nossas políticas e avançar nos projetos. A CEPAM integra esta comissão que irá discutir esse assunto. O CEM terá total controle dos projetos que serão financiados e quanto ao Fundo o papel do CEM é fazer o controle e o monitoramento dos recursos captados. Neusa Melo propõe apresentar a proposta de criação do Fundo junto com a proposta de reestruturação do CEM. Eliane Dias da Rede Afro - LGBT Mineira e outros segmentos convida a todas para os eventos que irão discutir a situação da mulher lésbica, bissexual, mulher negra no dia 28 de agosto, dia Nacional da Visibilidade Lésbica e conclama todas a unir forças para falar sobre direitos e da violência como um todo. A programação dos eventos será enviada ao CEM para divulgação a todas as conselheiras e Eliana Dias renova os votos de participação de todas nas ações previstas para o mês de agosto e solicita a doação de flyers para distribuição com informações sobre o assunto. Neusa Melo agradece a participação de Clodoália da SEPLAG e os esclarecimentos prestados sobre o Fundo de Políticas para Mulheres, agradecendo a presença de todas e renovando os votos de participação em nossas ações. Neusa reforça o convite para que todas compareçam ao lançamento da Frente Parlamentar no Combate à Violência contra a Mulher, no dia vinte e sete de agosto de dois mil e quatorze , às dezessete horas na ALMG, no Salão Nobre. Nada mais havendo a tratar, eu, Christina Diniz, lavrei a presente ata que vai assinada por todas as presentes.